



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
CÂMARA MUNICIPAL

REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO
MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

Nota Justificativa

De acordo com a lei vigente compete às Câmaras Municipais estabelecer a denominação das ruas e praças dos lugares, bem como a numeração dos edifícios.

Para além da sua importância para a identificação geográfica dos imóveis, das localidades e dos lugares, constituindo um elemento indispensável na orientação e comunicação entre as pessoas, a toponímia reveste particular importância na medida em que os nomes atribuídos aos arruamentos e a outros espaços públicos traduzem factos, personalidades ou acontecimentos que marcaram em determinado momento a história de um concelho.

Na medida em que estão intimamente associados aos valores culturais da população, a escolha e a alteração dos topónimos deve revestir especial cuidado, rigor e isenção, para que a memória histórica seja salvaguardada e permaneça impermeável a influências subjetivas ou fatores circunstanciais.

O presente Regulamento visa estabelecer um conjunto de normas que disciplinam o exercício da competência atribuída às câmaras municipais para estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, e as regras de numeração dos edifícios, fixando um conjunto de critérios para a atribuição e gestão da toponímia e numeração de polícia no concelho de Castelo de Paiva.

O desenvolvimento urbanístico do concelho de Castelo de Paiva, o interesse e a necessidade de serem definidas normas claras e precisas que permitam disciplinar os métodos de atuação, atribuição e gestão da toponímia e numeração de polícia, levaram a Câmara Municipal de Castelo de Paiva a elaborar o presente Regulamento Municipal.

Por outro lado, a introdução das recentes tecnologias de análise, representação e gestão da Informação Geográfica no Município, reforça a necessidade da existência dum conjunto de regras claras e estáveis.

O presente regulamento, foi submetido a apreciação pública, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Assim, nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com as alíneas ss) e tt) do n.º 1 do artigo 33.º, e alínea w) do n.º 1 do artigo 16.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi aprovado, o presente regulamento, em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de abril de 2016.

CAPÍTULO I

Denominação de espaços públicos

Secção I

Atribuição e alteração dos topónimos

Artigo 1.º

Norma habilitante

O presente Regulamento é elaborado nos termos do n.º 7 do artigo 112.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas ss) e tt) do n.º 1 do artigo 33.º, da alínea w) do n.º 1 do artigo 16.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea K) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, alterada pela retificação nº 50-A/2013 de 11 de Novembro.

Artigo 2.º

Objeto e Âmbito de aplicação

1 - O presente regulamento estabelece os critérios e as normas a que deve obedecer a toponímia e a numeração de polícia dos edifícios localizados no município de Castelo de Paiva.

2 - O presente regulamento aplica-se a todas as operações urbanísticas de loteamento, de urbanização e de edificação, da iniciativa particular ou promovidas pelo estado, autarquias locais e suas associações, institutos públicos ou outras entidades da administração pública, bem como à alteração da toponímia existente.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 3.º

Caracterizações e conceitos

1 - Para efeitos do presente Regulamento entende-se por toponímia a denominação das vias e arruamentos das povoações da área do município de Castelo de Paiva, que são caracterizados por:

- a) Alamedas, avenidas e ruas;
- b) Travessas, praças, pracetas, largos, parques, jardins, estradas, caminhos e rotundas;
- c) Calçadas, becos ou quelhas e caminhos, canada, adro/terreiro, lugar, pátio, viela;
- d) Ladeiras, azinhagas, pontes, escadas/escadinhas ou escadarias, passeio, vale.

2 - Para os efeitos do presente regulamento a denominação das vias e espaços públicos do concelho de Castelo de Paiva, deverá atender aos seguintes conceitos:

Adro/terreiro: Espaço de terra ou asfalto plano e largo dentro de um perímetro urbano, normalmente espaço urbano idêntico a praça ou terraço.

Alameda: Via pública de circulação, com forte arborização central ou lateral, onde se localizam importantes funções de estar, recreio e lazer.

Antropónimo: Nome de pessoa em geral.

Arruamento: Via pública de circulação no espaço urbano, rodoviária, pedonal ou mista, com uma ou mais vias ou faixas, ladeada ou não de passeios para peões.

Avenida: Espaço urbano público com dimensão (extensão e perfil) superior à da rua, que geralmente confina com uma praça.

Azinhaga: Caminho com a largura, quando muito, de um carro, aberto entre valados ou muros altos.

Bairro: Conjunto de edifícios contíguos ou vizinhos, com morfologia urbana e orgânicas próprias, que os distingue na malha urbana do lugar.

Bandeira: Caixilho fixo ou móvel, situado na parte superior de portas.

Beco ou quelha: Rua estreita e curta, muitas vezes sem saída.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Calçada: Caminho ou rua empedrada, geralmente bastante inclinada.

Caminho municipal: Faixa de terreno que conduz de um a outro lado, geralmente não pavimentado, podendo o seu traçado ser sinuoso e o seu perfil exíguo. Geralmente associado a meios rurais ou pouco urbanos, poderá não ser ladeado nem dar acesso a ocupações urbanas. Via pertencente à rede rodoviária municipal de hierarquia inferior à estrada municipal.

Caminho vicinal: Caminho público rural, a cargo das juntas de Freguesia, de ligação entre lugares, admitindo-se que nestes caminhos não existam passeios públicos e destinam-se ao trânsito rural.

Canada: Espaço urbano com características semelhantes às da azinhaga.

Centro histórico: Coincide, por via de regra, com o polo de origem do aglomerado, de onde irradiam outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização.

Centro urbano: Local onde se encontram os serviços, um maior número de comércio, os equipamentos e o espaço público de maior dimensão, com um conjunto edificado cuja homogeneidade permite considerá-lo como representativo de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitetónicos, urbanísticos ou simplesmente afetivos.

Designação toponímica: Indicação completa de um topónimo urbano contendo o nome próprio do espaço público, o tipo de topónimo e outros elementos que compõem a placa ou marco toponímico.

Edificação: A edificação é a atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter permanente.

Escadas, escadinhas ou escadaria: Espaço linear desenvolvido em terreno declivoso recorrendo ao uso de patamares e/ou degraus por forma a minimizar o esforço físico do percurso.

Espaço público: É todo aquele que se encontra submetido por lei ao domínio da autarquia local e subtraído do comércio jurídico privado em razão da sua primordial utilidade coletiva.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Estrada: Via de circulação, com percurso predominantemente não urbano, que estabelece ligação com vias urbanas, composta por faixa de rodagem e bermas.

Estrada municipal: Estrada considerada de interesse para um ou mais concelhos, ligando as respetivas sedes às diferentes freguesias e estas entre si ou às estradas nacionais. Estão a cargo da Câmara Municipal.

Freguesia: Unidade geográfica demarcada segundo critério de referenciação administrativo.

Jardim: Espaço verde urbano, com funções de recreio e bem-estar das populações residentes nas imediações e cujo acesso é predominantemente pedonal. Integra geralmente uma estrutura verde mais vasta que enquadra a estrutura urbana.

Ladeira: Caminho ou rua muito inclinada.

Largo: Espaço urbano aberto geralmente limitado por edifícios em ponto de confluência de arruamentos.

Lugar: Conjunto de edifícios contíguos ou próximos, a que poderá corresponder uma designação. Pequeno povoado.

Obras de urbanização: As obras de urbanização são as obras de criação e remodelação de infraestruturas destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva.

Operação de loteamento: Ação que tenha por objeto ou por efeito a constituição de um ou mais lotes destinados imediata ou subsequentemente à edificação urbana, e que resulte da divisão de um vários prédios, ou do sem reparcelamento.

Número de polícia: Numeração de porta fornecida pelos serviços da Câmara Municipal.

Ombreira: lado vertical de uma abertura de porta ou portão.

Parque: Espaço verde público, arborizado, destinado essencialmente ao recreio e lazer, podendo possuir zonas de estacionamento.

Passeio: Parte da via pública destinada ao trânsito de peões.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Pátio: Espaço urbano multifuncional de reduzidas dimensões, circundado por edifícios habitacionais.

Perímetro urbano: Um perímetro urbano é uma porção contínua de território classificado como solo urbano.

Praça: Espaço urbano, podendo assumir as mais diversas formas geométricas, que reúne valores simbólicos e artísticos, normalmente confinado por edificações de uso público intenso, com predomínio de áreas pavimentadas e/ou arborizadas, possuindo, em regra, elementos escultóricos ou fontes de embelezamento e enquadramento de edifícios.

Praceta: Espaço público de menor dimensão do que a praça, geralmente com origem num alargamento de via ou resultante de um impasse, habitualmente associado à função habitação, podendo também reunir funções de outra ordem.

Rotunda: Cruzamento giratório com existência de uma placa central circular, ou pelo menos simétrica.

Rua: Espaço urbano público constituído por, pelo menos, uma faixa de rodagem, faixas laterais de serviço, faixas centrais de atravessamento, passeios e corredores laterais de paragem e estacionamento que assumem as funções de circulação e estadia de peões, circulação, paragem e estacionamento automóvel, acesso a edifícios da malha urbana, suporte de infraestruturas e espaço urbano com forma própria e que, em regra, delimita quarteirões.

Solo urbano: Solo urbano é o que se destina ao processo de urbanização e edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano.

Tipo de topónimo: Categoria de espaço urbano público ao qual é atribuído um topónimo, designadamente, rua, travessa, avenida, largo, praça, beco, alameda, etc.,.

Topónimo: Designação pela qual é conhecido um espaço público.

Travessa: Espaço urbano público que estabelece ligação entre duas ou mais vias urbanas.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Urbanização: A urbanização é o resultado da realização coordenada de obras de urbanização e de edificação, de eventuais trabalhos de remodelação dos terrenos e das operações fundiárias associadas.

Vale: Área de baixa altitude cercada por áreas mais altas, como montanhas ou colinas.

Verga: Viga sobre portas ou janelas que apoia a continuação da parede.

Vuela: Rua de dimensões estreitas, no casco antigo da malha urbana, de uma só via e de difícil ou totalmente impossível circulação de veículos automóveis.

3 - As vias ou espaços públicos não contemplados nos conceitos anteriores serão classificados pela Câmara Municipal, de harmonia com a sua configuração ou área.

Artigo 4.º

Competência para a atribuição de topónimos

Compete à Câmara Municipal de Castelo de Paiva, por iniciativa própria ou sob proposta de outras entidades, deliberar sobre a toponímia no Concelho de Castelo de Paiva, nos termos do artigo 33º., nº. 1 alínea ss) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Artigo 5.º

Equipa de Trabalho - ET e composição

1 - É criada a equipa de trabalho da Câmara Municipal, adiante designada por ET, para as questões de toponímia e numeração de edifícios, com a seguinte composição:

- a) Vereador do pelouro do ordenamento do território, urbanismo e habitação;
- b) Chefe da Unidade Orgânica - Divisão de Planeamento, Urbanismo e Habitação;
- c) 3 Colaboradores da Unidade Orgânica - Divisão de planeamento, urbanismo e habitação;
- d) 1 Colaborador da Unidade orgânica - Divisão de Obras Municipais e Ambiente;
- e) Pelo Presidente da Junta de Freguesia ou seu substituto legal, á qual digam respeito os topónimos em discussão acompanhados do parecer previsto no art.º16º nº 1 w) da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
- f) Outros elementos a designar por despacho do Presidente da Câmara.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 6.º

Competências da equipa de trabalho

1. À equipa de trabalho compete:

- a) Propor à Câmara Municipal a denominação de novos arruamentos ou a alteração dos atuais de sua iniciativa ou sob proposta dos órgãos das Freguesias;
- b) Elaborar pareceres sobre a atribuição de novas designações a arruamentos ou sobre a alteração das já existentes, de acordo com a respetiva localização e importância;
- c) Analisar e dar parecer sobre as propostas de toponímia apresentadas pelas Juntas de Freguesia;
- d) Propor a localização de topónimos;
- e) Elaborar estudos sobre a história da toponímia de Castelo de Paiva;
- f) Colaborar com universidades, institutos, fundações, associações e sociedades científicas no estudo e divulgação da toponímia;
- g) Publicitar, através de edições, os estudos elaborados;
- h) Propor a realização de protocolos ou acordos com Municípios de países com quem Portugal mantenha relações diplomáticas, com vista à troca de topónimos em relação de reciprocidade;
- i) Colaborar com as escolas do Município, editando materiais didáticos para os jovens sobre o histórico da toponímia do Município;
- j) Garantir, em colaboração com o sector de cultura, a existência de um acervo toponímico do concelho de Castelo de Paiva;
- k) Deve sempre que se justificar e de acordo com os assuntos a deliberar, em cada reunião, solicitar a presença do (s) respetivo (s) presidente (s) de Junta de Freguesia.

2 - Os pareceres referidos no n.º 1, alínea b), são prévios e obrigatórios em caso de alteração de denominação.

3 - À equipa de trabalho compete ainda atribuir nome de rua às obras de urbanização aquando do ato de receção provisória da obra, através de requerimento à equipa de trabalho de Toponímia e Numeração de Policia, e de acordo com o nº 1, alínea a).



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

4 - A equipa de trabalho reúne sempre que se afigure necessário mediante convocatória enviada com 8 dias de antecedência.

Artigo 7.º

Procedimento para atribuição de topónimos a novas urbanizações

1 - Com a emissão do alvará de loteamento ou das obras de urbanização inicia-se, obrigatoriamente, um processo de atribuição de denominação às ruas, praças ou outros espaços públicos previstos no respetivo projeto.

2 - Os serviços competentes da Câmara Municipal, no prazo de 15 dias após a emissão do alvará de loteamento ou de obras de urbanização, remeterão à equipa de trabalho planta dos arruamentos e outros espaços públicos para efeitos de atribuição das designações toponímicas.

Artigo 8.º

Audição das Juntas de Freguesia e da equipa de trabalho

1 - A Câmara Municipal, previamente à discussão das propostas toponímicas, deve auscultar as Juntas de Freguesia da respetiva área geográfica, para obtenção de pareceres não vinculativos.

2 - A consulta às Juntas de Freguesia será dispensada quando a origem da proposta seja da sua iniciativa.

3 - As Juntas de Freguesia deverão pronunciar-se num prazo de trinta dias, findo o qual será considerada como aceite a proposta inicialmente formulada.

4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as Juntas de Freguesia deverão fornecer aos serviços competentes da Câmara Municipal, sempre que solicitada, uma lista de topónimos possíveis, por localidades, com a respetiva biografia ou descrição.

Artigo 9.º

Apoio Técnico

1 - O apoio administrativo, técnico e secretariado à equipa de trabalho é assegurado por funcionários designados pelo Vereador da área respetiva.

2 - Os Serviços de Informação Geográfica do Município garantem o necessário apoio à equipa de trabalho.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 10.º

CrITÉRIOS para a atribuição das designações toponímicas

1 - As designações toponímicas devem obedecer aos seguintes critérios:

- a) Os nomes das avenidas, alamedas, ruas e praças deverão evocar nomes de lugares, figuras ou realidades com expressão concelhia, regional e/ou nacional e/ou internacional;
- b) Os nomes das ruas de menor dimensão, bem como os das travessas, evocarão circunstâncias, figuras ou realidades de expressão local;
- c) As praças e largos evocarão factos, figuras notáveis ou realidades de expressão na área do município;
- d) Os nomes dos restantes topónimos não classificadas na alínea a), deverão evocar aspetos locais, em obediência aos costumes e ancestralidade dos sítios e lugares da respetiva implantação.

2 - As vias com denominação já atribuída mantêm o respetivo nome e enquadramento classificativo, mas, se por iniciativa popular ou proposta da Câmara Municipal, ou ainda por motivos de reconversão urbanística, mudarem de nome, deverão obedecer aos critérios estabelecidos no presente regulamento.

3 - Por efeitos do presente regulamento, as vias e espaços públicos do concelho deverão ser classificados de acordo com as definições constantes no artigo 3º.

4 - A atribuição de designações iguais em lugares e arruamentos deverá ser evitada, e só poderá verificar-se desde que estes se situem em diferentes freguesias.

5 - Não se consideram designações iguais as que são atribuídas a vias comunicantes de diferentes classificações toponímicas, tais como rua e travessa ou beco, rua e praça e designações semelhantes.

6 - Podem ser adotados nomes de países, cidades ou outros locais nacionais ou estrangeiros e de personalidades estrangeiras que, por razões relevantes, estejam ligados à vida do município com os quais o município ou as freguesias se encontrem geminadas.

7 - Os estrangeirismos e/ou palavras estrangeiras só serão admitidos quando a sua utilização se revelar indispensável.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

8 - Traduzir-se em nomes de sentido amplo e abstrato que possam significar algo para a forma de ser e estar de um povo.

9 - É interdita a atribuição de designações toponímicas provisórias.

Artigo 11.º

Designação antroponímica

1 - As designações antroponímicas serão atribuídas prioritariamente a individualidades beneméritas e a outras que se tenham distinguido nas artes, nas ciências, nas letras, no desporto, na educação, na política ou outra atividade de reconhecido prestígio social, pela seguinte ordem de preferência:

- a) Individualidades de relevo concelhio;
- b) Individualidades de relevo regional;
- c) Individualidades de relevo nacional;
- d) Individualidades de relevo internacional.

2 - Não serão atribuídas designações antroponímicas com o nome de pessoas vivas, salvo em casos extraordinários em que se reconheça que, por motivos excecionais, esse tipo de homenagem e reconhecimento deva ser prestado durante a vida da pessoa e seja aceite pela própria.

3 - Sem prejuízo do número anterior, os antropónimos não devem ser atribuídos antes de um ano a contar da data do falecimento, salvo em casos considerados excecionais e aceites pela família.

4 - Só se atribuirão novos antropónimos de personalidades a título póstumo, salvo figura de prestígio que recolha unanimidade da equipa de trabalho e da Câmara Municipal.

5 - As designações antroponímicas poderão reportar-se a datas com significado histórico, cultural, municipal ou nacional.

6 - De cada deliberação enviada à equipa de trabalho pelos Presidentes de Junta, deverá constar uma curta biografia ou descrição que justifique a atribuição do topónimo.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 12.º

Alteração de topónimos

1 - A Câmara Municipal poderá proceder à alteração de topónimos existentes, nos termos e condições do presente Regulamento, e nos seguintes casos especiais:

a) Motivo de reconversão urbanística;

b) Existência de topónimos considerados iguais ou semelhantes, com reflexos nos serviços públicos e nos interesses dos munícipes.

2 - Sempre que se proceda a alteração dos topónimos, deverá, na respetiva placa toponímica, manter-se uma referência à anterior designação.

3 - As novas urbanizações ou aglomerados urbanos devem, sempre que possível, obedecer à mesma temática toponímica, procurando que o arruamento principal mantenha o(s) topónimo(s) preexistente(s).

Artigo 13.º

Publicidade e informação

1 - As deliberações da Câmara Municipal de Castelo de Paiva que aprovem qualquer topónimo, devem ser publicadas em edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação, e devem ainda ser publicadas no sítio da Internet, no boletim da autarquia local e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da respetiva autarquia, nos 30 dias subsequentes à sua prática, que reúnam, cumulativamente, as condições previstas nas alíneas a) a e) do n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2 - Decorrido o procedimento referido do número anterior, a Câmara Municipal informará as seguintes entidades dos novos topónimos, com envio de planta, à Conservatória do Registo Predial, Serviço de Finanças, GNR e CTT, entidade que emite códigos postais.

Artigo 14.º

Registo oficial de topónimos e guia toponímico

1 - O registo de todas as designações toponímicas do concelho será realizado e suportado em ficheiro integrado no Sistema de Informação Geográfica do Município, responsável pela introdução e manutenção dos dados toponímicos aprovados na base



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

de dados de toponímia, cabendo-lhe igualmente dar cumprimento aos procedimentos referidos no artigo 13.º do presente regulamento.

2 - Para todos os efeitos as designações toponímicas válidas e em vigor serão as constantes no sistema de base de dados de toponímia.

3 - A Câmara Municipal promoverá a edição de um guia toponímico, relativo às áreas incluídas no centro histórico das Vilas de Sobrado, Raiva e Santa Maria de Sardoura e centro urbano das restantes freguesias, que deverá ser regularmente atualizado, devendo, igualmente, constituir ficheiros e registos toponímicos referentes ao Município, onde constem os antecedentes históricos, biográficos ou outros, relativos aos nomes atribuídos às vias públicas.

Secção II

Placas toponímicas

Artigo 15.º

Competência para a execução e colocação

1 - Compete à Câmara Municipal de Castelo de Paiva e às Juntas de Freguesia, nos casos em que a Câmara Municipal tenha delegado a referida competência, a execução e afixação das placas de toponímia, sendo expressamente vedado aos particulares, proprietários, inquilinos, ou outros, a sua afixação, deslocação, alteração ou substituição.

2 - Os proprietários dos imóveis onde são colocadas as placas ficam obrigados a permitir a sua colocação, mediante declaração assinada no momento do licenciamento das obras de urbanização e de edificação.

3 - As placas em contravenção com o disposto no n.º 1 do presente artigo serão removidas, sem mais formalidades, pela Câmara Municipal ou pelas Juntas de Freguesia, no caso de possuírem competência delegada nesta matéria.

Artigo 16.º

Local de afixação

1 - As vias públicas devem ser identificadas com o respetivo topónimo, no início e no fim da sua extensão, assim como em todos os cruzamentos e entroncamentos desde que tal se justifique.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

2 - A identificação ficará, obrigatoriamente, do lado esquerdo da via para quem entra.

3 - As placas serão colocadas:

- a) Sempre que possível, na fachada do edifício correspondente, distante do solo, pelo menos 3 m e da esquina 0,5 m;
- b) Sempre que não seja possível a colocação das placas de toponímia nos locais previstos pela alínea anterior, a sua localização é feita em suporte próprio, desde que não apresentem características que impeçam a correta visão para manobrar em segurança e incómodos para a circulação de pessoas;
- c) Os suportes das placas toponímicas deverão ser executados de acordo com o modelo do anexo 3 deste regulamento.

4 - No(s) centro(s) histórico(s) as placas devem ter as características e ser colocadas em conformidade com o que a Câmara Municipal estabelecer.

Artigo 17.º

Dimensão, composição gráfica, conteúdo e modelos

1 - As placas toponímicas e os seus suportes deverão ser uniformes dentro de cada freguesia.

2 - Sempre que possível, as placas deverão ser colocadas previamente ao usufruto público dos respetivos espaços.

3 - As placas, em regra, terão as dimensões de 40 × 30 cm.

4 - O material a utilizar será o Dibond (composto de alumínio) e ou em PVC reforçado ou outro aprovado por deliberação da Câmara Municipal, com letras serigrafadas com impressão UV protegido com verniz ou em vinil autocolantes de alta resistência.

5 - As placas toponímicas devem ser executadas com tipo e dimensão de letra que as tornem facilmente legíveis à distância.

6 - A composição gráfica, cor de base e conteúdo das placas toponímicas obedecerão aos modelos constantes no Anexo I deste Regulamento ou outras aprovadas por deliberação da Câmara Municipal, e deverão respeitar as seguintes características:

- a) A 1ª linha deverá conter a denominação do município e o brasão do município;



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

- b) A 2.^a linha deverá conter a denominação do tipo de via pública;
- c) A 3.^a linha deverá indicar, a designação toponímica, com título honorífico, facto biográfico, académico ou militar, no caso de se tratar de um nome próprio, pelo qual foi conseguida a notoriedade pública. Caso se trate de um evento, a data respetiva, ou no caso de se tratar de um facto temporalmente definido, as respetivas datas de enquadramento;
- d) Na 4 linha, o código-postal ou outra informação relevante, tal como, a coordenada geográfica do início do topónimo, etc.

7 - As placas toponímicas, sempre que se justifique, devem conter outras indicações complementares, significativas para a compreensão do topónimo e ainda, se necessário, a informação da antiga denominação, atendendo à natureza e à importância do espaço público.

8 - A colocação das placas toponímicas é efetuada, de acordo com o n.º 3 do artigo 16.º deste regulamento, cumprindo a legislação relativa à promoção das acessibilidades.

Artigo 18.º

Manutenção dos suportes e placas toponímicas

- 1 - Constitui encargo da Câmara Municipal, salvo se o tiver delegado na Junta de Freguesia, a manutenção quer dos suportes, quer das placas toponímicas.
- 2 - As placas existentes na sede do concelho, serão para substituir de forma gradual e à medida que se forem degradando.
- 3 - No caso de novas urbanizações, constitui encargo da Câmara Municipal a manutenção dos suportes e das placas toponímicas a partir da data da receção definitiva das obras de urbanização.

Artigo 19.º

Responsabilidade por danos

- 1 - É proibido aos particulares, proprietários ou inquilinos de prédios, danificar, alterar, deslocar, avivar ou substituir os modelos das placas ou letreiros estabelecidos pela Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

2 - Os danos verificados nas placas toponímicas são reparados pela Câmara Municipal ou pela junta de freguesia, no caso de competência delegada, por conta de quem os tiver causado.

3 - A Câmara Municipal reparará ou procederá à colocação das placas danificadas e notificará o responsável para proceder ao pagamento voluntário do seu custo no prazo de 10 dias, sob pena da sua cobrança coerciva.

4 - Sempre que haja demolição de prédios ou alteração das fachadas que impliquem retirada das placas, devem os titulares das respetivas licenças entregar aquelas para depósito na Câmara Municipal, ficando, caso não o façam, responsáveis pelo seu desaparecimento ou deterioração.

5 - É condição indispensável para autorização de quaisquer obras ou tapumes, a manutenção das indicações toponímicas existentes, ainda que as respetivas placas tenham de ser retiradas.

CAPÍTULO II

Numeração de polícia

Seção I

Competência e regras para a numeração

Artigo 20.º

Numeração e autenticação, obrigatoriedade de identificação

1 - A numeração de polícia abrange apenas os vãos de portas legais confinantes com a via pública, que deem acesso a prédios urbanos ou respetivos logradouros. A sua atribuição é da exclusiva competência da Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

2 - A autenticidade da numeração de polícia é comprovada pelos registos da Câmara, por qualquer forma legalmente admitida.

3 - Após aprovação da denominação da via pública, os proprietários ou usufrutuários de prédios rústicos ou urbanos, com portas ou portões a abrir para a via pública, são obrigados a identificá-los com o número de polícia atribuído pelos serviços municipais competentes.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 21.º

Normas de colocação de números de polícia nos edifícios

1 -A numeração de porta dos prédios em novos arruamentos, ou nos atuais, obedece às seguintes regras:

a) As ruas serão medidas longitudinalmente pela linha do seu eixo, metro a metro;

b) Nos arruamentos com a direção Norte-Sul ou aproximada, a numeração começa de Sul para Norte, nos arruamentos com a direção Este-Oeste ou aproximada, começa de Este para Oeste. As portas ou portões dos edifícios serão numerados a partir do início de cada rua, sendo atribuídos números pares aos que se situem à direita de quem segue para Norte ou Oeste e números ímpares aos que seguem à esquerda;

c) Nos largos e praças é designada pela série dos números inteiros sequenciais, no sentido do movimento dos ponteiros do relógio a partir do prédio de gaveto nascente do arruamento situado mais a sul;

d) Nos becos ou recantos existentes mantém-se a designação pela série dos números inteiros sequenciais, no sentido do movimento dos ponteiros do relógio a partir da entrada

e) Nas portas de gaveto a numeração será a que lhes competir nos arruamentos mais importantes, ou, quando os arruamentos forem de igual importância, no que for designado pela Câmara;

f) Nos novos arruamentos sem saída a numeração é designada por números pares à direita e ímpares à esquerda, a partir da faixa de rodagem de entrada;

g) Nos arruamentos antigos em que a numeração não esteja atribuída, conforme orientação expressa na alínea a) do presente artigo, deverá esta manter-se, seguindo a mesma ordem para novos prédios que nos mesmos arruamentos se construam.

h) Quando o edifício tenha mais de uma porta para o mesmo arruamento, todas as demais, além da primeira a que for atribuído o número de polícia, serão



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

enumeradas com os mesmos números acrescido de letras, seguindo a ordem alfabética, desde que não haja hipóteses de sequência numérica.

2 – A cada vão será atribuído o respetivo número.

Artigo 22.º

Norma supletiva

Quando não for possível aplicar os princípios estabelecidos no artigo anterior, a numeração será atribuída segundo o critério dos serviços competentes, mas sempre de modo a estabelecer-se uma sequência lógica de numeração, a partir do início do arruamento principal, podendo haver necessidade da utilização de número acrescido de letras, segundo a ordem do alfabeto.

Artigo 23.º

Numeração após a construção do edifício

1 - Logo que, na construção de um edifício, se encontre definida a porta confinante com a via pública ou, em virtude de obras posteriores, se verifique a abertura de novos vãos de porta ou supressão das existentes, a Câmara Municipal de Castelo de Paiva designará os respetivos números de polícia e intimará à sua aposição por notificação na folha de fiscalização da obra.

2 - Quando não seja possível a atribuição imediata da numeração de polícia, esta será efetuada posteriormente a requerimento dos interessados, ou oficiosamente, pelos serviços competentes, que intimarão à respetiva aposição.

3 - A numeração de polícia dos edifícios construídos por entidades não sujeitas a licenciamento municipal, será atribuída mediante solicitação destas, ou oficiosamente, pelos serviços.

4 - A concessão da autorização de utilização do edifício ou fração depende da prévia atribuição de número de polícia e respetiva colocação, salvo nos casos previstos no n.º 2 deste artigo.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 24.º

Solicitação de numeração policial

1 - A atribuição da numeração policial referida no n.º 2 do artigo anterior deverá ser efetuada através de requerimento apresentado em modelo próprio da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, acompanhado dos seguintes documentos:

a) De titular do direito de propriedade sobre o edifício em causa, ou qualquer documento que confira a faculdade de utilização do edifício em causa.

2 - A Câmara Municipal, ao apreciar o requerimento a que se refere o número anterior, atribui e concederá o número de porta ao proprietário conforme modelo aprovado.

3 - Os proprietários ou seus representantes, são obrigados a colocar os números que forem designados, no prazo de 15 dias a contar da data da comunicação.

4 - A obrigação estabelecida no n.º 3 deste artigo recai sobre os proprietários dos edifícios localizados no município cujas ruas tenham denominação atribuída pela junta de freguesia, com aprovação da Câmara, e a partir do momento em que a numeração seja atribuída.

5 - Não pode ser atribuída numeração policial sem que as ruas tenham topónimo atribuído.

Seção II

Colocação, características, conservação e limpeza da numeração

Artigo 25.º

Colocação da numeração e características

1 - A colocação dos número de polícia é da responsabilidade do requerente do processo de obras e/ou do proprietário da edificação ou fração.

2 - Os números de polícia deverão ser colocados no centro das vergas das portas ou, quando não existam, na primeira ombreira seguindo a ordem de numeração.

3 - No caso de habitações unifamiliares, a numeração deverá ser colocada em local visível junto ao arruamento.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

4 - Os caracteres são de acordo com os modelos do anexo 2 deste regulamento, e outros aprovados por deliberação da Câmara Municipal, afim que toda a numeração seja conforme em todo o território, nomeadamente:

- a) Os caracteres deverão ter a dimensão de 8 cm de altura;
- b) O material a utilizar serão em metal recortado em alumínio, aço inox, latão ou pintura, de cor prateado, preto ou cinzento.

5 - Os números que excedam a dimensão do carácter serão considerados como anúncio, ficando como tal a sua fixação sujeita ao pagamento da respetiva licença.

6 - Da numeração dos edifícios haverá registo em planta, arquivada nos serviços da Câmara Municipal de Castelo de Paiva para comprovar a sua autenticidade, quando tal seja solicitado.

7 - A Câmara Municipal, sempre que achar necessário, poderá impor um tipo de material para a numeração de polícia a colocar em zonas protegidas ou históricas.

8 - É vedado aos proprietários proceder por sua iniciativa à autoatribuição de números de polícia, à colocação de números diferentes dos atribuídos pela Câmara, e retirá-los ou por qualquer motivo alterá-los, sem autorização da Câmara Municipal.

Artigo 26.º

Conservação dos números dos prédios

Os proprietários ou administradores dos edifícios, ou os representantes daqueles, deverão conservar em bom estado a numeração dos prédios, não sendo permitido retirar, colocar ou alterar a numeração sem a prévia autorização da Câmara Municipal.

Artigo 27.º

Comunicações

1 - Sempre que ocorra alteração dos números de polícia atribuídos aos edifícios, a Câmara Municipal efetuará a sua comunicação à Conservatória do Registo Predial, Serviço de Finanças, CTT e GNR.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 28.º

Irregularidade da numeração

Os proprietários ou administradores de edifícios em que se verifiquem irregularidades da numeração serão intimados a fazer as alterações necessárias em harmonia com o disposto no presente regulamento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Artigo 29.º

Competência e ação fiscalizadora

- 1 - Compete à Câmara Municipal assegurar a fiscalização e o cumprimento das disposições do presente regulamento.
- 2 - Sem prejuízo da competência própria das autoridades policiais, os agentes da fiscalização municipal têm competência para fiscalizar e dar cumprimento às disposições constantes do presente regulamento e levantar os respetivos autos de notícia.

Artigo 30.º

Regime de infrações

- 1 - As infrações ao disposto no presente regulamento, nomeadamente, nº3 do artigo 24º, nº 9 do artigo 25 e nº1 do artigo 19, constituem contraordenações nos termos presentes no Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a nova redação introduzida pelos Decreto -Lei n.º 356/89, de 17 de Outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro e Lei n.º 109/2001, de 24 de Dezembro, punidas com coima com mínimo de €25,00€ até ao máximo de €100,00 por cada infração verificada, no caso de pessoa singular. No caso de pessoa coletiva, o mínimo é elevado para o dobro, podendo o máximo atingir o limite fixado no artigo 17º do Decreto-lei nº 433/82, de 27 de Outubro, na redação do decreto-lei nº 244/95, de 14 de Setembro, cujo produto reverte integralmente para o Município.
- 2 - A negligência é punível, sendo os limites da coima referidos no número anterior reduzidos a metade.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

3 - Em caso de reincidência da infração a coima aplicável nos termos do número anterior é elevada para o dobro.

Artigo 31.º

Taxas

As taxas a cobrar no âmbito do presente Regulamento são as previstas no Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Castelo de Paiva.

Artigo 32.º

Alteração à legislação

Quando se verificarem alterações aos diplomas legais referidos neste Regulamento, as remissões para esses diplomas consideram-se automaticamente feitas para os novos diplomas.

Artigo 33.º

Interpretação e casos omissos

As lacunas e dúvidas interpretativas suscitadas na aplicação do presente Regulamento serão preenchidas ou resolvidas pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

Artigo 34.º

Norma revogatória

O presente Regulamento revoga o capítulo XX do Regulamento Municipal de obras particulares, aprovado pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

Artigo 35.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 (quinze) dias após a sua publicação em diário da república.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
CÂMARA MUNICIPAL

Anexo I

Modelos de placas de toponímia

Modelo I



Modelo II



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
CÂMARA MUNICIPAL

	<p>Município de Castelo de Paiva</p> <p>Rua</p> <p>Dr. José Barreiro de Magalhães</p> <p>4550-000</p>
---	--

Modelo III

	<p>Município de Castelo de Paiva</p> <p>Travessa</p> <p>Adriano Sousa Moreira</p> <p>4550-000</p>
---	--

Anexo 2

Modelos de número de porta



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
CÂMARA MUNICIPAL

Modelo I



Modelo II



Modelo III



Anexo 3

Modelo de suporte das placas de toponímia

